COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 3.145, DE 2008

Dispõe sobre a contratação de assistentes sociais.

Autora: Deputada ALICE PORTUGAL

Relator: Deputado JOSÉ LINHARES

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.145, de 2008, propõe obrigar todas as instituições e empresas urbanas e rurais a contratar assistentes sociais, observando a seguinte proporcionalidade, para cada assistente social:

- I – instituições e empresas – 1.000 empregados;
- II – estabelecimentos de ensino – 400 alunos;
- III – estabelecimentos de crianças, adolescentes e idosos – 100 usuários;
- IV – estabelecimentos de detenção – 80 detentos;
- V – hospitais, clínicas e casas de saúde – 30 leitos;
- VI – serviços de reabilitação física – 60 usuários;
- VII – ambulatórios – 200 usuários;
- VIII – instituições que utilizem o trabalho comunitário – 1.000 habitantes.

Prevê, ainda, que a impossibilidade de atendimento da exigência, por inexistir profissional na localidade, deve ser comunicada ao

Conselho Regional de Serviço Social, e estipula penalidades, aplicadas pelo Conselho Regional de Serviço Social, na forma de multa, interdição em caso de reincidência, e suspensão do registro de funcionamento em caso de nova reincidência.

A proposição foi distribuída, em caráter conclusivo, à Comissão de Seguridade Social e Família e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No prazo regimental, não foram oferecidas emendas nesta Comissão de Seguridade Social e Família.

É o Relatório.

II – VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei nº 3.145, de 2008, conforme observa a Autora, em sua Justificação, constitui reapresentação do Projeto de Lei nº 2.349, de 1996, de autoria da Deputada Jandira Feghali, arquivado em 31 de janeiro de 2007.

De acordo com a Lei que regulamenta a sua profissão (Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993), o assistente social é um profissional com formação de nível superior, devidamente registrado no Conselho Regional de Serviço Social, cujas atribuições envolvem, entre outras atividades, as de elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, empresas, entidades e organizações populares.

Os principais campos de atuação dos assistentes sociais são os serviços de saúde e de assistência social, mas também se destacam as áreas de educação, habitação, direito e administração, junto a indivíduos, grupos, comunidades e população por meio das mais diversas instituições.

O serviço social exerce papel cada vez mais relevante no acesso universal aos direitos sociais, contribuindo sobremaneira para a sua efetividade, bem como para a execução de políticas públicas de Seguridade Social.

Sendo assim, concordamos com o conteúdo da proposta ora apresentada, com a ressalva de se reduzir pela metade a proporção de assistentes sociais por instituição, por meio de Substitutivo que dobra o quantitativo de cada grupo delineado nos incisos do art. 1º, § 1º, do Projeto, remetendo os dispositivos à Lei nº 8.662, de 1993. O motivo da alteração é amenizar eventuais distorções porventura introduzidas por cotas profissionais na atividade privada e no setor público.

Finalmente, a análise de constitucionalidade da matéria caberá à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que nos sucederá.

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.145, de 2008, na forma do Substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado JOSÉ LINHARES
Relator

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.145, DE 2008

Altera a Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a obrigatoriedade de contratação de assistentes sociais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, passa a vigorar acrescida dos artigos 22-A e 22-B:

“Art. 22-A. Todas as instituições ou empresas urbanas e rurais que atuam na produção, prestação de serviços assistência social, planejamento, previdência, habitação, educação, saúde e ação comunitária, devem contratar e manter em seus quadros o Assistente Social.

§ 1º A contratação de que trata o *caput* deste artigo deverá obedecer a seguinte proporcionalidade:

I – No caso de instituições ou empresas, no mínimo um Assistente Social para cada grupo de 2.000 empregados, e as que ultrapassarem este limite obedecerão à proporcionalidade de mais um, para cada grupo de 2.000 empregados ou fração;

II – Os estabelecimentos de ensino devem contratar e manter no mínimo um Assistente Social para cada grupo de 800 alunos, e os que ultrapassarem este limite obedecerão à proporcionalidade de mais um, para cada grupo de 800 alunos ou fração;

III – Os estabelecimentos de crianças, adolescentes e idosos, devem contratar no mínimo um Assistente Social por grupo de até 200 usuários, e os que ultrapassarem

este limite obedecerão à proporcionalidade de mais um, para cada grupo de 200 usuários ou fração;

IV – Os estabelecimentos de detentos, devem contratar e manter no mínimo um Assistente Social para cada grupo de 160 detentos, e os que ultrapassarem a este limite obedecerão à proporcionalidade de mais um para cada grupo de 160 detentos ou fração;

V – Os hospitais, clínicas e casas de saúde deverão contratar e manter no mínimo um Assistente Social para cada grupo de até 60 leitos, e os que ultrapassarem a este limite obedecerão à proporcionalidade de mais um para cada 60 leitos ou fração;

VI – Os serviços de reabilitação física devem contratar e manter no mínimo um Assistente Social por grupo de 120 usuários e os que ultrapassarem este limite obedecerão à proporcionalidade de mais um para cada grupo de 120 usuários ou fração;

VII – Os ambulatórios deverão contratar e manter no mínimo um Assistente Social para cada grupo de 400 usuários e os que ultrapassarem este limite obedecerão à proporcionalidade de um para cada grupo de 400 usuários ou fração;

VIII – As instituições que utilizem trabalho comunitário devem contratar e manter no mínimo um Assistente Social por grupo de 2.000 habitantes, e os que ultrapassarem a este limite obedecerão à proporcionalidade de mais um para cada grupo de 2.000 habitantes ou fração;

§ 2º Na impossibilidade de cumprimento da exigência constante do § 1º deste artigo, admitida apenas na hipótese da inexistência de profissional para contratação, a instituição deverá informar o fato ao Conselho Regional de Serviço Social da respectiva jurisdição e autoridades oficiais competentes.

Art. 22-B. O não cumprimento das proporcionalidades fixadas nesta lei por parte das entidades nela citadas, implicará a aplicação das seguintes penalidades:

I – multa;

II – interdição do estabelecimento por até trinta dias, no caso da primeira reincidência;

III – suspensão do registro de funcionamento, no caso de segunda reincidência.

§ 1º As penalidades de multa e suspensão da concessão serão aplicadas pelo Conselho Regional de Serviço Social da respectiva jurisdição;

§ 2º A suspensão do registro de funcionamento só se dará após ação judicial, proposta pelo Conselho de Serviço Social e/ou autoridades governamentais competentes, transitado em julgado.”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2009.

Deputado JOSÉ LINHARES
Relator